

AUTORIDADE BANCÁRIA EUROPEIA

RESUMO DO RELATÓRIO
ANUAL DA EBA DE 2012

**Europe Direct é um serviço que responde
às suas perguntas sobre a União Europeia**

**Linha telefónica gratuita (*):
00 800 6 7 8 9 10 11**

(*) As informações prestadas são gratuitas, tal como a maior parte das chamadas
(alguns operadores, cabines telefónicas ou hotéis podem cobrar essas chamadas).

Créditos fotográficos:

Autoridade Bancária Europeia, páginas 3, 8

Getty Image, página 5

iStockphoto.com/Noam Kahalany, página 6

iStockphoto.com/mathieukor, página 11

Mais informações sobre a União Europeia encontram-se disponíveis na rede Internet,
via servidor Europa (<http://europa.eu>)

Uma ficha catalográfica figura no fim desta publicação

Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2013

ISBN 978-92-95086-18-0

doi:10.2853/29828

© Autoridade Bancária Europeia, 2013

Reprodução autorizada mediante indicação da fonte

Printed in Luxembourg

IMPRESSO EM PAPEL BRANQUEADO SEM CLORO ELEMENTAR (ECF)

RESUMO DO RELATÓRIO ANUAL DA EBA DE 2012



Resumo

No curto espaço de tempo que decorreu desde a sua instituição, no início de 2011, a Autoridade Bancária Europeia (EBA) deu um contributo significativo para o fortalecimento dos mercados financeiros na Europa e a harmonização das regras bancárias subjacentes. Esta sua atuação teve lugar num contexto de agravamento da crise da dívida soberana na Europa e conseqüente incerteza nos mercados, marcado também por contínuas preocupações económicas a nível mundial.

Assim, um dos principais passos dados pela EBA no decurso de 2012 consistiu na concretização de um plano de recapitalização, de modo a garantir que os bancos envidem esforços significativos com vista a fortalecer a sua posição de capital e a reforçar a sua proteção contra futuros choques, sem pôr em causa o crédito à economia real. Esta medida incrementou a confiança do mercado, graças ao aumento da transparência no que respeita à exposição dos bancos ao risco, incluindo, pela primeira vez, a sua exposição à dívida soberana.

Parte essencial dos esforços destinados a assegurar a estabilidade financeira foi também o primeiro trabalho realizado no domínio dos pacotes relativos à recuperação e resolução, ou «testamentos em vida», a fim de permitir a falência ordeira dos bancos em caso de crise futura, minimizando, desse modo, o risco para os depositantes segurados e evitando um efeito dominó no sistema financeiro em geral.

Ao longo do ano, a Autoridade continuou a desempenhar um papel importante na melhoria da coerência das práticas de supervisão e no reforço da cooperação entre as autoridades de supervisão, em especial, as autoridades responsáveis pela supervisão dos 40 maiores bancos transfronteiriços da União Europeia.

As secções seguintes do presente resumo põem em evidência algumas das principais atividades e concretizações da EBA ao longo do último ano, centrando-se nos temas cruciais da regulação, supervisão e defesa do consumidor. O resumo ilustra ainda algumas das alterações ocorridas nas próprias operações da EBA, à medida que a Autoridade se prepara para a assunção do seu papel reforçado de total apoio à estabilidade do sistema bancário, de criação de condições equitativas para todos e de salvaguarda tanto da transparência dos mercados como da proteção de depositantes e investidores.

Rumo a um novo sistema de regulação

No ano a que diz respeito o relatório, a EBA contribuiu igualmente para a criação de um sistema financeiro mais sólido e mais seguro, mediante o desenvolvimento de projetos de normas de regulamentação e orientações que proporcionarão clareza às instituições financeiras, obrigadas a cumprir o novo quadro regulamentar de Basileia III.

No total, a EBA elaborou:

- 14 documentos de consulta;
- 23 projetos de normas técnicas de regulamentação e de execução;
- 6 conjuntos de orientações; e
- 6 pareceres.

Em julho de 2011, a Comissão Europeia aprovou um pacote legislativo destinado a reforçar a regulação do setor bancário. A proposta substitui as atuais diretivas relativas aos requisitos de fundos próprios por uma nova diretiva (conhecida por CRD) e um regulamento (CRR) e constitui mais um importante passo rumo à criação de um sistema financeiro mais sólido e mais seguro.

Enquanto aguarda que a Comissão adote oficialmente a nova estrutura regulatória, a EBA tem vindo a concentrar-se na elaboração de projetos de normas de regulamentação e orientações de apoio. Uma vez que as datas de entrada em vigor da diretiva e do regulamento foram adiadas para 2013, aquelas normas permanecem sob a forma de projeto, podendo ser ainda sujeitas a alterações, em função da redação final das novas propostas.

Os «fundos próprios» dos bancos constituíram um domínio essencial do trabalho da EBA em 2012. Ao longo do ano, foram organizados três exercícios de consulta e uma audição pública, o que resultou na elaboração de 16 normas técnicas, aprovadas de forma preliminar pelo Conselho de Supervisores da Autoridade.

Para além disso, a EBA elaborou um projeto de normas técnicas de regulamentação (NTR) que visa harmonizar as práticas de avaliação prudente, a fim de garantir consistência e transparência no processo de cálculo, por parte das instituições financeiras, das respetivas posições de «valor justo». Foi já publicado um documento de reflexão, e os trabalhos prosseguirão em 2013.

A diretiva CRD proposta autoriza a EBA para desenvolver NTR relativamente aos níveis de salários e prémios pagos aos altos funcionários do setor bancário. Os níveis de remuneração devem refletir a qualidade creditícia de cada instituição, bem como a importância do desempenho dos funcionários no perfil de risco da instituição. Um exercício de avaliação, realizado em 2012, revelou uma preocupante margem de variação, em toda a União Europeia, no que respeita ao modo como as instituições financeiras identificam os funcionários com impacto relevante no perfil de risco da instituição, aspeto que será refletido no projeto de norma.

Durante o ano, a EBA conseguiu a aprovação por parte da Comissão Europeia de uma norma técnica sobre contrapartes centrais, entidades de intermediação entre transações financeiras nos mercados de valores mobiliários, o que levou a Autoridade a trabalhar em estreita colaboração com parceiros da Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (ESMA) e do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC).

Num outro exemplo de trabalho conjunto, a EBA e a ESMA levaram a cabo investigações sobre o mecanismo de fixação da taxa Euribor. Os resultados foram publicados no início de janeiro de 2013, e levaram a que fossem apresentadas recomendações à Euribor-Federação Bancária Europeia. Para além disso, a EBA elaborou recomendações destinadas aos supervisores nacionais sobre a supervisão das atividades relacionadas com a participação dos bancos no painel da Euribor, tendo lançado uma consulta sobre os princípios subjacentes aos processos de fixação de parâmetros de referência (*benchmarks*) da União Europeia.

A EBA considera uma função essencial a garantia de que o desenvolvimento do novo ambiente regulamentar decorra de forma transparente, a fim de que todas as partes interessadas possam ter confiança no sistema. Também se gera confiança quando a informação pertinente é recolhida e avaliada de forma harmonizada.

Para a continuação do bom funcionamento do sistema, é essencial compreender as posições de liquidez e de alavancagem das instituições financeiras. As autoridades nacionais necessitam de informações harmonizadas sobre os ativos líquidos dos bancos (entradas e saídas), bem como sobre os respetivos rácios de alavancagem. Para esse fim, a EBA lançou consultas públicas relativamente a esses dois aspetos ao longo de 2012, para a ajudar no desenvolvimento de projetos de normas técnicas de execução (NTE) aplicáveis a cada um deles.

Foram lançadas consultas públicas sobre o processo de recolha da informação relativa às posições de liquidez e alavancagem das instituições financeiras, que ajudarão a informar os projetos de NTE relativos a ambos os aspetos.

Evitar a arbitragem regulamentar

A consulta, lançada pela EBA em 2012, que maior número de respostas obteve foi a que se prendia com a eliminação das lacunas existentes na regulamentação relativa às operações de derivados não compensadas. O documento de reflexão obteve mais de 70 respostas da parte de bancos, empresas, companhias de seguros e supervisores.

Em conjunto, as três autoridades europeias de supervisão (AES) preveem finalizar as normas técnicas sobre os requisitos de margens para os derivados do mercado de balcão que não sejam compensados tão logo os princípios internacionais fiquem disponíveis. A elaboração de normas técnicas neste domínio continua a ser uma das principais prioridades da EBA para 2013.

Proteção contra choques futuros

Os planos de recuperação e resolução constituem um elemento-chave dos esforços destinados a assegurar que as instituições financeiras disponham de planos para fazer face a um potencial choque financeiro que possa ameaçar sua existência. A EBA desempenha um papel fundamental na coordenação de planos de recuperação e resolução eficazes e na minimização do impacto sistémico de qualquer instituição que entre em situação de falência.

Em maio, a EBA divulgou um documento de reflexão (DR), apresentando os seus pontos de vista preliminares sobre a estrutura e os elementos-chave dos planos de recuperação, bem como sobre um modelo comum europeu para a elaboração dos planos de recuperação. Seguiu-se, no segundo semestre de 2012, a publicação de uma recomendação da EBA, destinada a garantir, em toda a União Europeia, a coerência no desenvolvimento de planos de recuperação. Nesta exige-se que 39 grandes grupos bancários transfronteiriços da União Europeia desenvolvam planos de recuperação de grupo e os discutam no âmbito dos colégios de supervisores até ao final de 2013.

Em dezembro de 2012, a EBA emitiu um parecer, que pretendia abordar as possíveis inconsistências entre um quadro europeu para a resolução e recuperação e as novas iniciativas em curso tomadas pelo Comité de Sistemas de Pagamentos e de Liquidação (CPSS), pela Organização Internacional das Comissões

de Valores Mobiliários (IOSCO) e pelo Conselho de Estabilidade Financeira (CEF).

Em 2012, o trabalho da EBA em matéria de controlo bancário centrou-se numa série de domínios essenciais, incluindo: avaliações de risco; apresentação comum de dados regulamentares; ativos ponderados pelo risco (APR); recuperação dos balanços dos bancos; e o papel dos colégios de supervisores no controlo de grupos bancários transfronteiriços.

Exercício de recapitalização

A estabilidade dos mercados financeiros europeus depende da capacidade dos participantes no mercado de efetuarem uma avaliação clara da contínua viabilidade e saúde dos bancos na União Europeia. Logo após o teste de stresse de 2011, a EBA levou a cabo um exercício de recapitalização, que obrigou as autoridades nacionais de supervisão a garantir que os bancos detinham um nível suficiente de capital de alta qualidade para resistir a um agravamento da situação económica, depois da criação e uma «almofada» adicional contra o risco da dívida soberana.

A EBA identificou 27 bancos com necessidade de fazer face a um défice total de 76 mil milhões de euros até o final de junho de 2012, mantendo simultaneamente o crédito à economia real. Até o final de junho de 2012, a grande maioria dos bancos envolvidos no exercício apresentou um nível de capital da mais alta qualidade «*core tier 1*» (CT 1) acima dos 9% exigidos. Combinando os dois exercícios, foi adicionado ao balanço dos bancos um total de 250 mil milhões de euros, como resultado do trabalho da EBA.



Aumentar a transparência

Como parte dos seus esforços para ajudar a restaurar a confiança nos balanços dos bancos, a EBA desenvolveu igualmente trabalho no que respeita aos ativos ponderados pelo risco (APR), visando proporcionar alguma coerência no modo de cálculo dos APR pelas instituições, com vista a refletir o verdadeiro perfil de risco dos mesmos. Os APR constituem uma medida dos ativos de um banco ou das suas posições em risco extrapatrimoniais, ponderados em função do risco.

A EBA tem vindo a apoiar também o trabalho das autoridades competentes na avaliação da qualidade dos ativos dos diversos bancos. Em finais de 2012, foi dado um notável primeiro passo no sentido de se proporcionarem definições comuns no que toca aos problemas que se levantam no pagamento dos empréstimos. Com conclusão prevista para o início de 2013, as definições de «complacência» e «malparado» proporcionarão aos supervisores e aos colégios de supervisores um instrumento que lhes permitirá monitorizar, com uma base comum, a qualidade dos ativos registados nos livros bancários e que contribuirá de forma crucial para os futuros testes de stresse. A EBA trabalhou ainda em estreita colaboração com o Comité Europeu do Risco Sistémico (CERS) com vista a identificar casos em que o capital em contas ou fundos parece ser superior ao que é na realidade.

A EBA foi igualmente convidada a elaborar orientações sobre os requisitos de transparência e a coordenar a identificação das melhores práticas em matéria de covered bonds (obrigações hipotecárias e obrigações sobre o setor público) e outros instrumentos geradores de oneração. O trabalho relativo aos modelos de oneração de ativos encontra-se em fase de conclusão, tendo já sido iniciados os trabalhos com vista ao desenvolvimento dos modelos para os planos de financiamento.



Em 2012, a EBA intensificou os esforços para aumentar a qualidade e robustez dos dados comunicados, a fim de melhorar a supervisão bancária. Na sequência de uma consulta pública, a EBA empenhou-se na finalização de normas técnicas comuns relativas à comunicação de informações para fins de supervisão, as quais serão publicadas assim que o texto final dos CRR/CRD IV esteja disponível. O novo quadro para a comunicação de informações fornecerá uma base comum para o intercâmbio de informações pertinentes para os colégios de supervisores.

No decurso de 2012, a EBA concluiu o seu «painel» de risco, que proporciona uma visão geral sobre o desempenho do sistema bancário e recorre a um sistema assente num código de cores para identificar facilmente as principais fontes de riscos e tendências nos perfis de risco dos bancos. Uma versão específica do painel para empresas virá a ser uma ferramenta suplementar para os colégios de supervisores.

Colégios de supervisores

Os colégios de supervisores foram instituídos a fim de reforçar a supervisão transfronteiriça do setor bancário, através do aumento da cooperação entre os organismos nacionais e da melhoria do intercâmbio de informações. Os colégios são compostos por dois ou mais supervisores nacionais, podendo, nalguns casos, incluir países exteriores ao Espaço Económico Europeu (EEE).

Cabe à EBA apoiar o funcionamento coerente dos colégios de supervisores existentes no EEE. Em 2012, a EBA levou a cabo um exercício de mapeamento, trabalhando em estreita colaboração com as autoridades nacionais competentes, que lhe permitisse monitorizar os colégios de uma forma consentânea com a sua dimensão e complexidade e publicar um documento, destinado aos supervisores, sobre boas práticas em matéria de decisões conjuntas.

Em 2012, a EBA desenvolveu igualmente atividade na avaliação dos mecanismos utilizados pelos colégios para as atividades de supervisão durante potenciais situações de crise. O envolvimento e orientação da EBA conduziram a um aumento significativo do número desses mecanismos de supervisão de crise desenvolvidos pelas autoridades nacionais competentes.

Para além disso, a EBA empenhou-se ainda em aumentar a harmonização das práticas seguidas pelos colégios durante o período que medeia até à criação das normas técnicas vinculativas para a cooperação entre os Estados-Membros de origem e de acolhimento e para o funcionamento dos colégios. A EBA está presentemente a elaborar nove normas técnicas relativas aos colégios de supervisão.

Proteger os consumidores

Embora esteja mandatada para manter um elevado grau de supervisão regulatória sobre os mercados e instituições financeiras da Europa, a EBA desempenha igualmente um papel fundamental na proteção de todos os consumidores. Em 2012, a Autoridade analisou os potenciais riscos para os investidores tentados a arriscar em produtos financeiros complexos, tais os como contratos sobre diferenças, sem dispor do nível de conhecimentos financeiros necessários para entender cabalmente os riscos envolvidos.

Em outubro de 2012, a EBA realizou o seu primeiro *Dia da Defesa do Consumidor*, um evento em que os representantes do setor bancário, as autoridades nacionais de supervisão, as organizações de consumidores e as universidades se reuniram para discutir questões relacionadas com a defesa do consumidor e a inovação financeira a nível europeu.

O relatório anual da EBA sobre as tendências de consumo, publicado em março de 2013, ajudará a definir o programa de trabalho da Autoridade para 2013. O relatório identifica as novas tendências e motivos de preocupação que se perfilam para os consumidores europeus. O relatório identifica as seguintes questões:

- endividamento e crédito responsável;
- transparência e níveis de encargos;
- dimensão da venda abusiva de produtos financeiros;
- questões decorrentes produtos específicos, tais como empréstimos em moeda estrangeira;
- seguros de proteção dos pagamentos e produtos complexos;
- segurança das novas tecnologias utilizadas nos serviços bancários; e
- novas e emergentes formas de aumento da liquidez.

Atividades operacionais

A EBA, com o apoio constante dos Estados-Membros e das Autoridades Nacionais de Supervisão, tem-se esforçado por garantir a sua capacidade de resposta ao desafio de cumprir o seu mandato num contexto de contínua incerteza no setor financeiro. Na execução das suas operações, a EBA está totalmente empenhada em assegurar:

- a eficiência e efetividade das atividades operacionais;

- o cumprimento dos requisitos legais e regulamentares;
- a fiabilidade da apresentação de relatórios de gestão financeira e outros; e
- a salvaguarda dos ativos e da informação.

Análise e Coordenação Política

No quadro das atividades de Análise e Coordenação Política da EBA, a Agência proporciona apoio e análise jurídicos, bem como orientações sobre a metodologia de avaliação do impacto aplicada na preparação e elaboração de legislação no âmbito do trabalho político, regulamentar e de supervisão da EBA (incluindo normas técnicas, orientações, pareceres, recomendações de supervisão, revisão pelos pares, etc.) Entre as atividades de coordenação da EBA figuram as seguintes:

- coordenação das atividades de formação na área da supervisão oferecidas às autoridades nacionais de supervisão: em 2012, foram organizadas pela EBA 10 ações de formação setorial, tendo sido organizados em conjunto pelas três AES 13 seminários transestoriais e quatro cursos sobre capacidades pessoais e sociais;
- prestação de apoio ao Grupo das Partes Interessadas do Setor Bancário da EBA: em 2012, o Grupo realizou cinco reuniões periódicas e duas reuniões conjuntas com o Conselho de Supervisores da EBA, emitiu oito pareceres e uma posição por escrito, assim como deu o seu contributo em resposta a consultas públicas da EBA;
- prestação de apoio ao Painel de Avaliação da EBA: em 2012, foi acordada a metodologia de revisão pelos pares da EBA. Além disso, teve início a revisão pelos pares relativa à aceitação de aspetos específicos das orientações sobre os testes de stresse da EBA publicadas pelo Comité das Autoridades Europeias de Supervisão Bancária (CEBS GL32), que incluiu a circulação de um questionário de autoavaliação das ANS;
- prestação de apoio, juntamente com outras AES, à Câmara de Recurso das AES, criada em dezembro de 2011;
- contribuição para a revisão do Sistema Europeu de Supervisão Financeira (SESF) realizada pela Comissão Europeia, nos termos do artigo 81.º do Regulamento EBA, em cooperação com as outras AES;
- coordenação do trabalho político e de supervisão da EBA, quer a nível interno quer com organismos externos (como o Comité de Basileia de Supervisão Bancária, CBSB, e o FMI) e as instituições da União Europeia.

Gestão Financeira e Contratação Pública

Em 2012, a EBA implementou uma série de medidas destinadas a garantir uma melhor gestão e controlo dos recursos financeiros, incluindo processos internos simplificados com vista a uma maior eficiência. As melhorias introduzidas nesta área foram confirmadas por auditorias internas realizadas ao longo do ano. No total, a EBA registou uma eficiência de mais 18% em termos de despesa no seu orçamento geral de 2012 comparativamente ao ano de 2011, situando-se a execução orçamental em 89%.

Em 2012, a EBA lançou 19 concursos públicos para desenvolver, melhorar e apoiar a infraestrutura interna da organização, com uma previsão para o valor máximo de todos os contratos assinados em 2012 de mais de 20 milhões de euros.



O nosso pessoal

Com a crescente necessidade de dispor de uma boa equipa, a EBA recrutou 28 agentes temporários, 6 agentes contratuais e nove peritos nacionais destacados em 2012, elevando o número total de funcionários para 94 até o final do ano. Registou-se um aumento de 64% no número de candidatos comparativamente a 2011, revelando o elevado interesse do público em trabalhar na EBA. O nosso pessoal tem origem em 20 países da União Europeia, 44% são do sexo feminino e 56% do sexo masculino.

Tecnologia de informação

Em 2012, uma das áreas importantes da contratação pública prendeu-se com as infraestruturas de TI, como por exemplo o aumento da capacidade do centro de gestão de dados, antecipando-se assim ao aumento de tarefas exigidas à EBA. Esta revisão da estratégia de TI também permitiu à EBA pôr ao dispor dos colégios de supervisores uma ferramenta de colaboração destinada a simplificar o trabalho conjunto entre peritos nacionais e da EBA. Este programa de sucesso viu o número de utilizadores duplicar em 2012.

Comunicação

Para além das tradicionais atividades de comunicação e imprensa destinadas a proporcionar aos meios de comunicação e às partes interessadas um fácil acesso à informação, prevê-se a criação de um novo sítio *web* durante o verão de 2013. A EBA organizou vários eventos em 2012 com o objetivo de trocar impressões e conhecer as reações das partes interessadas. Estes incluíram:

- o primeiro *Dia da Defesa do Consumidor* da EBA;
- primeiro *workshop* de investigação da EBA, reunindo economistas das autoridades nacionais de supervisão e principais académicos;
- nove audições públicas, realizadas no âmbito de processos de consulta sobre orientações e normas técnicas; e
- um *workshop* sobre a implementação da obrigação de apresentação de informação em matéria de supervisão.

Destques e dados relativos a 2012

JANEIRO

A EBA publica o seu programa de trabalho para 2012

A EBA emite orientações sobre extensões e alterações aos métodos de medição avançada (AMA)

FEVEREIRO

A EBA publica uma visão geral dos seus objetivos e trabalho na área da defesa do consumidor e inovação financeira

O Conselho de Supervisores da EBA faz sua primeira avaliação agregada dos planos de capital dos bancos

A EBA publica um documento de consulta sobre o projeto de NTE relativo à comunicação de grandes exposições ao risco

MARÇO

A EBA publica um documento de reflexão sobre o projeto de NTR relativo aos requisitos de capital para contrapartes centrais (CPC)

As autoridades europeias de supervisão (AES) publicam um documento de reflexão conjunta sobre o projeto de normas técnicas regulamentação (NTR)

ABRIL

A EBA elabora um relatório sobre os resultados do exercício de acompanhamento previsto em Basileia III

A EBA lança uma consulta sobre o projeto de NTR em matéria de fundos próprios (parte I)

O comité conjunto das três AES publica dois relatórios sobre a implementação da terceira diretiva relativa à luta contra o branqueamento de capitais

A EBA lança uma consulta sobre o projeto de orientações sobre a avaliação da aptidão dos membros do órgão de administração e fiscalização e de quem desempenha funções essenciais

MAIO

A EBA publica um relatório sobre o cumprimento da sua recomendação relacionada com o teste de stresse à escala da União Europeia em 2011

O comité conjunto das três AES lança uma consulta sobre a resposta ao pedido de aconselhamento da Comissão Europeia relativo à revisão fundamental da diretiva «Conglomerados financeiros»

A EBA publica documento de reflexão sobre um modelo para planos de recuperação

A EBA publica dois conjuntos de orientações sobre valor em risco em situação de stress e sobre a modelização dos requisitos de fundos próprios para riscos adicionais de incumprimento e de migração (IRC) aplicada em instituições de crédito que utilizam modelos internos (IMA)

A EBA publica um projeto de modelização (data point model, DPM) com base no seu projeto sobre normas técnicas de execução relativas a requisitos de comunicação de informação para instituições

JUNHO

A EBA lança três consultas sobre projetos de NTE relativos à divulgação de fundos próprios, a requisitos de informação para fins de supervisão no que respeita ao rácio de alavancagem, cobertura de liquidez e financiamento estável

A EBA lança duas consultas relativas a projetos de NTR sobre o conceito de mais-valias e os requisitos de fundos próprios para as CPC

A EBA publica o seu relatório anual de 2011

JULHO

A EBA lança uma consulta sobre projetos de NTR relativos ao risco do ajustamento da avaliação de crédito na determinação de um *spread* aproximado (*proxy spread*) e na especificação de um número limitado de carteiras mais pequenas

A EBA publica o seu relatório anual sobre riscos e vulnerabilidades no setor bancário europeu

A EBA publica um relatório geral sobre a implementação do exercício de capital

A EBA lança uma consulta sobre um projeto de normas técnicas de regulamentação relativo à especificação do cálculo dos ajustamentos do risco de crédito

As AES publicam uma lista de conglomerados financeiros identificados

A EBA publica dois conjuntos de orientações sobre a recolha de informação relativa aos colaboradores que auferem remunerações elevadas e sobre o exercício de avaliação das remunerações

AGOSTO

O comité conjunto das AES publica um protocolo para a cooperação em matéria de supervisão no domínio da luta contra o branqueamento de capitais

A EBA organiza um *workshop* sobre a implementação técnica dos novos requisitos de comunicação de informação em matéria de supervisão

O comité conjunto das AES lança uma consulta pública sobre as NTR para os métodos de cálculo relativos aos conglomerados financeiros

SETEMBRO

A Câmara de Recurso das AES nomeia William Blair como presidente e Juan Fernández-Armesto como vice-presidente

A EBA adota projeto de normas técnicas de execução em matéria de requisitos de fundos próprios para as contrapartes centrais (CPC)

A EBA publica resultados do exercício de monitorização no contexto de Basileia III a partir de dezembro de 2011

OUTUBRO

A EBA publica o relatório final sobre a recapitalização dos bancos europeus

A EBA publica o seu programa de trabalho para 2013

A EBA publica uma análise sobre a transparência da atividade bancária nos seus relatórios de 2011 no âmbito do terceiro pilar

A EBA emite um relatório sobre a avaliação das propostas das PME para os CRD IV/CRR

NOVEMBRO

A EBA procede a uma consulta sobre normas técnicas relativas a cooperativas, mutualidades, instituições de poupança e instituições semelhantes

A EBA publica um documento de reflexão sobre o projeto de normas técnicas de regulamentação relativo a uma avaliação prudente

A EBA organiza um *workshop* de investigação sobre o modelo empresarial dos bancos após a crise: incentivos, estratégias, diminuição dos riscos.

A EBA publica as suas orientações sobre a avaliação da aptidão dos membros do órgão de administração e fiscalização e de quem desempenha funções essenciais

A EBA publica uma lista atualizada das instituições de crédito autorizadas a operar nos países da União Europeia e do espaço EEE

O Comité Conjunto das AES publica um relatório sobre a implementação de regras eficazes de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo no que respeita à moeda eletrónica na União Europeia

DEZEMBRO

A EBA adota um parecer sobre as recomendações do Grupo de Peritos de Alto Nível sobre a reforma da estrutura do setor bancário da União Europeia

A EBA emite uma atualização da sua posição sobre requisitos de comunicação de informação para fins de supervisão em matéria de liquidez e rácio de alavancagem

A EBA adota um parecer sobre um possível quadro para a recuperação e resolução de instituições financeiras não bancárias



2012 em números

Reuniões do Conselho de Supervisores	9
Reuniões do Grupo das Partes Interessadas do Setor Bancário	7
Reuniões de grupos de trabalho	180
Documentos de consulta	14
Projetos de normas técnicas de execução e de regulamentação	23
Orientações	6
Pareceres	6
Audições públicas	9

Dados em matéria de regulação

Assunto	Documentos regulamentares
Fundos próprios	Documento de consulta sobre 14 projetos de NTR em matéria de fundos próprios
	Documento de consulta sobre 1 projeto de NTR relativo a cooperativas, mutualidades, instituições de poupança e instituições semelhantes
	Documento de consulta sobre 1 projeto de NTE sobre a divulgação de fundos próprios
	Parecer sobre a metodologia para o cálculo de limites temporários de transição
	Parecer sobre algumas alterações introduzidas no CRR
Risco de crédito	Documento de consulta sobre 1 projeto de NTR relativo ao cálculo dos ajustamentos do risco de crédito
	Documento de consulta sobre 1 projeto de NTR em matéria de requisitos de fundos próprios para as contrapartes centrais (CPC)
	Parecer sobre os requisitos de fundos próprios para as CPC
	Documento de reflexão sobre projetos de NTR relativos aos requisitos de fundos próprios para as CPC
Risco de mercado	Orientações sobre os requisitos de fundos próprios para riscos adicionais de incumprimento e de migração (IRC)
	Orientações sobre valor em risco em situação de stresse
	Documento de consulta sobre uma NTR relativa ao conceito de mais-valias associadas à receita marginal futura no quadro da titularização
	Documento de reflexão sobre projeto de normas de regulamentação relativo à avaliação prudente
Risco operacional	Orientações sobre o método de medição avançada (AMA) — Extensões e alterações
Remuneração	Orientações sobre a recolha de informação sobre os colaboradores que auferem remunerações elevadas
	Orientações sobre o exercício de avaliação das remunerações
Informação sobre supervisão	Documento de consulta sobre 1 projeto de NTE relativo à comunicação de grandes exposições ao risco
	Consulta sobre 1 projeto de NTE relativo a requisitos de comunicação de informação para fins de supervisão no que respeita à cobertura de liquidez e financiamento estável
	Consulta sobre 1 projeto de NTE relativo a requisitos de comunicação de informação para fins de supervisão no que respeita ao rácio de alavancagem
	Consulta sobre 1 projeto de NTE relativo a requisitos de comunicação de informação para fins de supervisão no que respeita ao Finrep e COREP
Recuperação e resolução	Parecer sobre possível estrutura para a recuperação e resolução de instituições financeiras que não bancos
	Documento de reflexão sobre um modelo para planos de recuperação
Reformas estruturais	Parecer sobre as recomendações do Grupo de Peritos de Alto Nível sobre a reforma da estrutura do setor bancário da União Europeia
Sistema bancário paralelo	Parecer sobre a consulta da Comissão Europeia relativa ao sistema bancário paralelo
Governança interna	Orientações sobre a avaliação da aptidão dos membros do órgão de administração e fiscalização e de quem desempenha funções essenciais

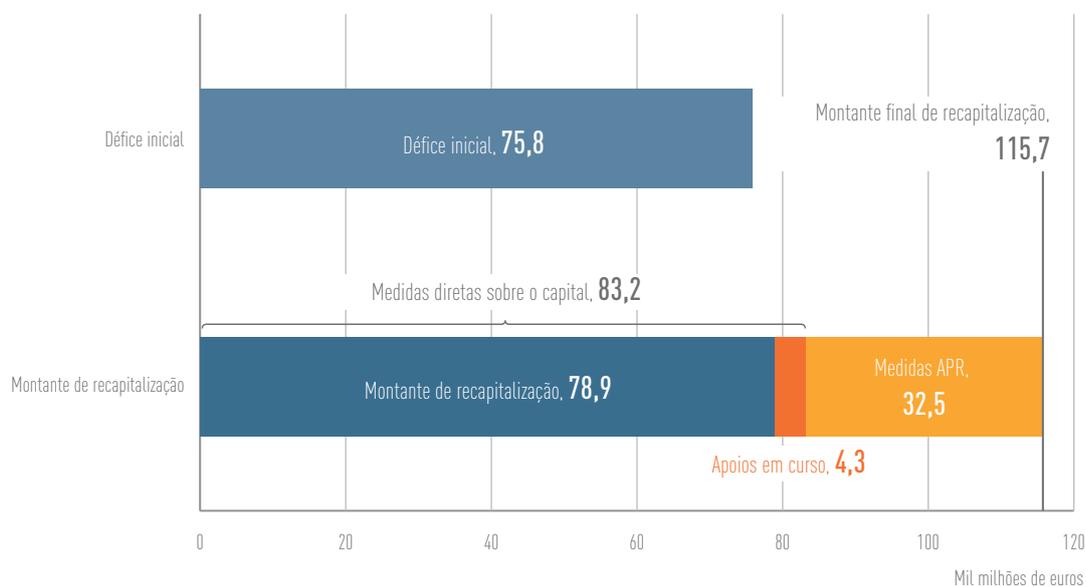
Documentos de reflexão
Pareceres

Orientações
Consultas sobre projetos de NTR e NTE

Dados relativos ao controlo

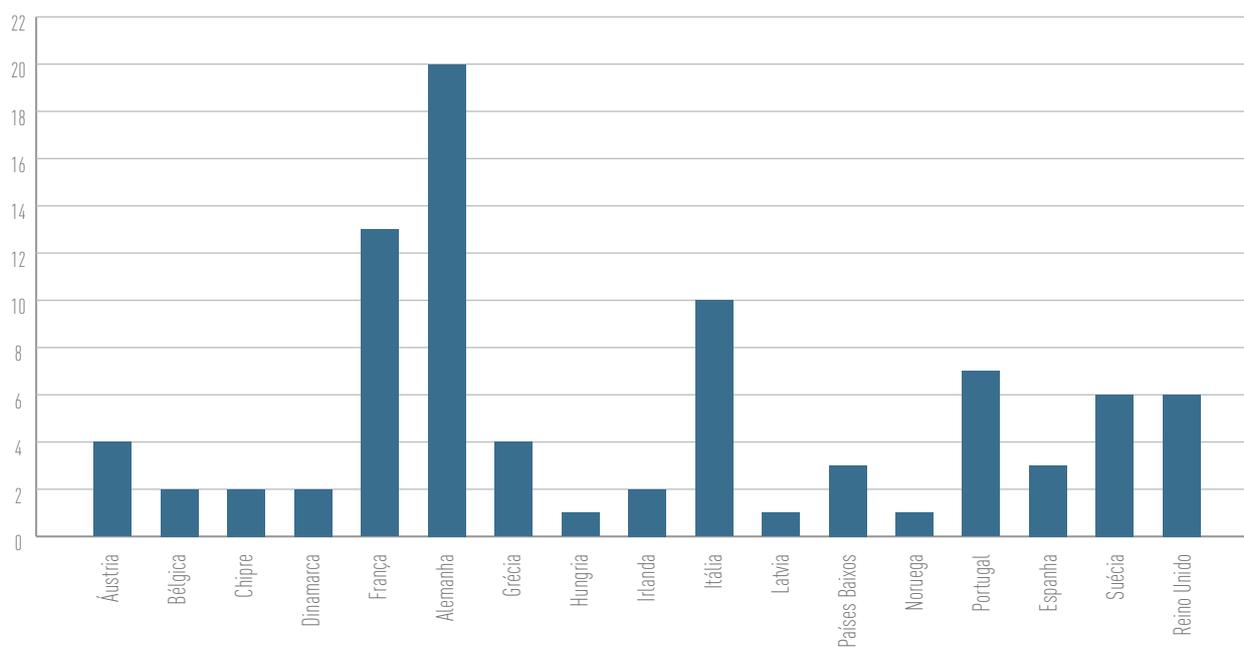
Exercício de recapitalização

Défi ce do capital inicial e montante final de recapitalização

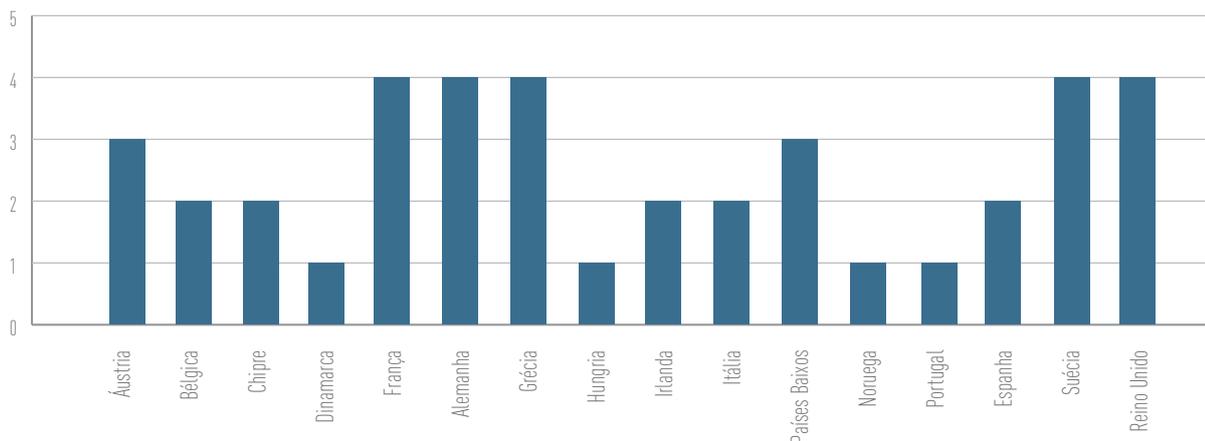


Colégios de supervisores

Colégios de supervisores existentes no EEE — Distribuição por país de origem



Lista dos colégios de supervisores da EBA «monitorizados de perto» – Distribuição por país de origem

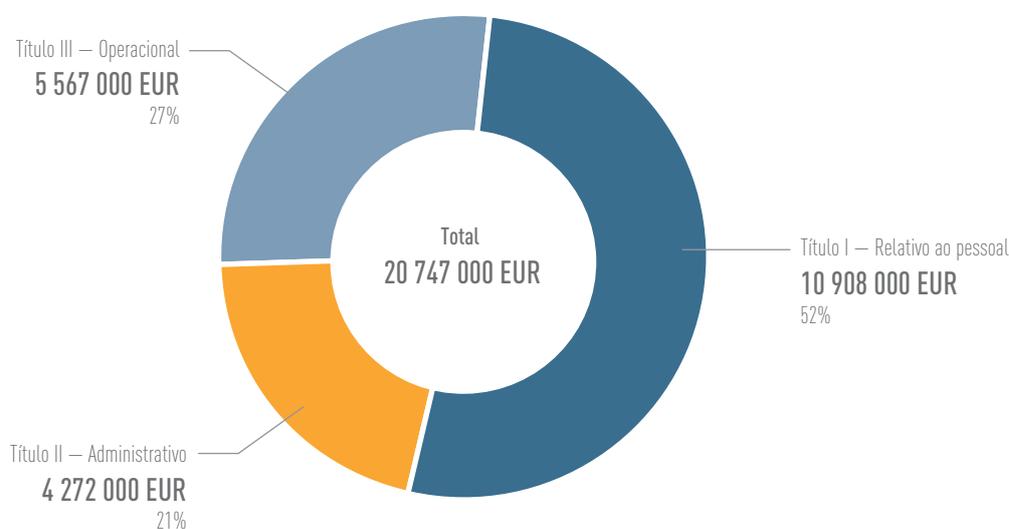


Dados financeiros

Execução orçamental em 2012

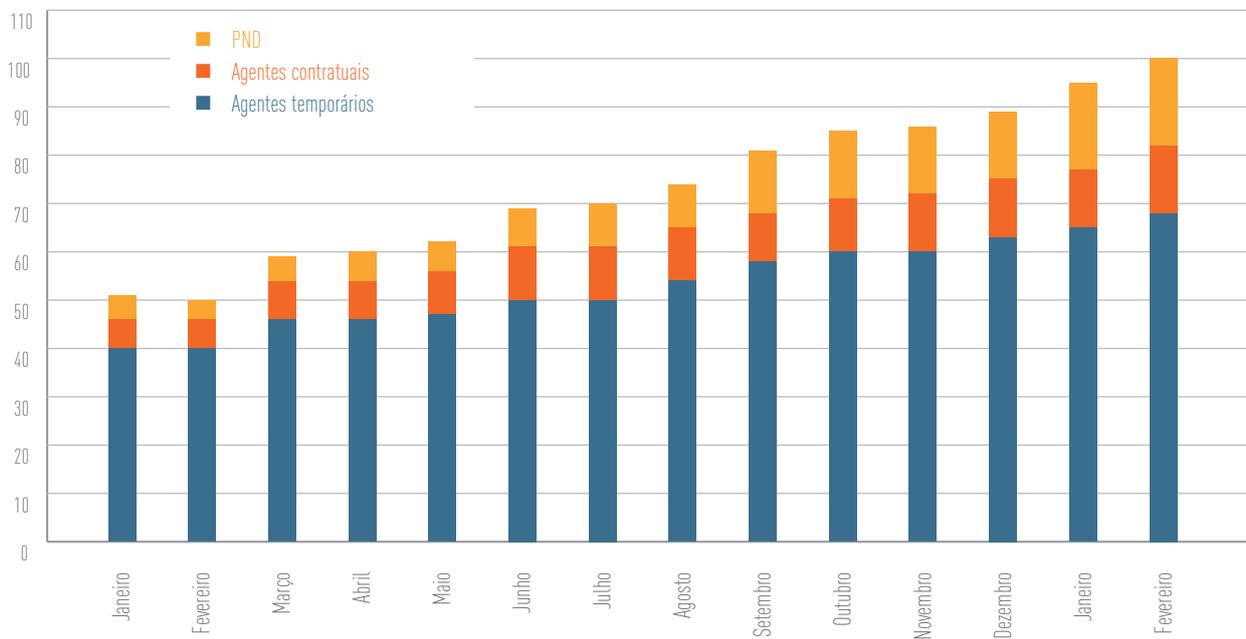
	Orçamento	Autorizado	Autorizado (%)	Pago	Pago (%)
Título I – Relativo ao pessoal	10 908 000	9 159 710	84%	8 953 661	82%
Título II – Administrativo	4 272 000	3 673 434	86%	2 029 498	48%
Título III – Operacional	5 567 000	5 547 199	100%	849 375	15%
Total (euros)	20 747 000	18 380 343	89%	11 832 534	57%

Execução orçamental por título



Dados sobre recursos humanos

Crescimento *per capita*



Autoridade Bancária Europeia

Resumo do Relatório Anual da EBA de 2012

Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia

2013 — 15 p. — 21 × 29,7 cm

ISSN 1977-8740

ISBN 978-92-95086-18-0

doi:10.2853/29828

COMO OBTER PUBLICAÇÕES DA UNIÃO EUROPEIA

Publicações gratuitas:

- um exemplar:
via EU Bookshop (<http://bookshop.europa.eu>);
- mais do que um exemplar/cartazes/mapas:
nas representações da União Europeia (http://ec.europa.eu/represent_pt.htm),
nas delegações em países fora da UE
(http://eeas.europa.eu/delegations/index_pt.htm), contactando
a rede Europe Direct (http://europa.eu/europedirect/index_pt.htm)
ou pelo telefone 00 800 6 7 8 9 10 11 (gratuito em toda a UE) (*).

(* As informações prestadas são gratuitas, tal como a maior parte das chamadas
(alguns operadores, cabines telefónicas ou hotéis podem cobrar essas chamadas).

Publicações pagas:

- via EU Bookshop (<http://bookshop.europa.eu>).

Assinaturas pagas:

- através de um dos agentes de vendas do Serviço das Publicações
da União Europeia (http://publications.europa.eu/others/agents/index_pt.htm)

AUTORIDADE BANCÁRIA EUROPEIA

Tower 42
25 Old Broad Street
London EC2N 1HQ

Tel. **+44 2073821770**
Fax **+44 2073821771/2**
E-mail: **info@eba.europa.eu**

<http://www.eba.europa.eu>



▣ Serviço das Publicações

ISBN 978-92-95086-18-0



9 789295 086180

doi:10.2853/29828